

Cruesp repete 2,2% para USP e Unicamp. Zero continua para a Unesp

Fórum indica greve com início até 6 de junho. Assembleias devem avaliar e decidir

A terceira negociação entre Fórum das Seis e Cruesp, na tarde de 27 de maio, não apresentou avanços. Intransigentes, os reitores insistiram em manter a proposta rebaixada de reajuste – os 2,2% – que não repõe nem a metade da inflação dos últimos 12 meses. A Unesp, por sua vez, mantém a postura de tratar seus servidores docentes e técnico-administrativos como profissionais de segunda linha e repete o zero de 2016.

Os representantes do Fórum entregaram aos reitores exemplares da cartilha com dados que mostram a viabilidade das nossas reivindicações salariais. A previsão de arrecadação do ICMS da Secretaria da Fazenda para 2019, de 108,2 bilhões, por exemplo, é expressivamente superior à previsão utilizada pelos técnicos do Cruesp (de R\$ 107 bi) e que, por sinal, é usada para justificar o reajuste de 2,2%. O documento mostra que, mesmo com um reajuste de 8% na Unicamp e na USP, e de 11,24% na Unesp, o comprometimento médio com folha em 2019 seria de, respectivamente, 89,82%, 86,70% e 89,31%.

Nas várias intervenções feitas pelos membros do Fórum, foi relatada a indignação das assembleias com o crescente arrocho salarial. “Vamos voltar à década de 80, quando trabalhar numa universidade estadual era considerado bico para boa parte dos servidores?”, questionou Marçílio Ventura, do STU. “A Unesp já começa a sofrer evasão de docentes e técnico-administrativos para outras universidades”, lamentou João da Costa Chaves Júnior, da Adunesp, lembrando que o forte arrocho imposto a partir de 2015 representa o confisco aproximado de 4 salários brutos na USP e na Unicamp, e de 5 salários brutos na Unesp.

Negando qualquer intransigência, o reitor da Unicamp e presidente do Cruesp, Marcelo Knobel, reafirmou a impossibilidade de ir além na proposta e manteve os termos anteriores, acrescentando somente a criação de um grupo de trabalho com o Fórum das Seis para debater questões relacionadas à Previdência. Demais pontos permanecem iguais:

- Reajuste de 2,2% em maio/2019 (zero na Unesp);
- Agendamento de negociação para meados de outubro, caso a arrecadação do ICMS chegue ou ultrapasse a previsão da Secretaria da Fazenda (R\$ 108,2 bilhões. Para se saber se isso irá acontecer, a arrecadação deverá chegar ao final de setembro em, pelo menos, R\$ 80 bilhões.
- Constituição de um grupo de trabalho entre



Os reitores da USP, Unicamp e Unesp durante a negociação

as partes para propor política salarial para as três Universidades Finalizando a discussão, o coordenador do Fórum, Wagner Romão, enfatizou que a disposição das entidades é para o permanente diálogo, mas que é preciso haver reciprocidade. “Sabemos que as universidades passam por profundos ataques nesse momento e é lamentável constatar que a política dos reitores, de forte arrocho salarial, pode levar as categorias a outras formas de reação para defender tratamento salarial digno”, disse. Em seguida, propôs nova reunião entre as partes, não somente para seguir debatendo a questão salarial, mas também os demais pontos da Pauta Unificada 2019.

O presidente do Cruesp não concordou, dando as negociações por encerradas.

Atenção aos indicativos do Fórum

Reunidas após a negociação, as entidades que compõem o Fórum indicam às categorias que realizem assembleias até 4/6 para discutir o indicativo de greve por tempo indeterminado, com início até 6/6. O Fórum volta a se reunir no dia 5/6.

Além disso, também indicam adesão ao novo dia de luta em 30/5 (defesa da educação e da aposentadoria), e ao 14/6, dia de greve geral contra a reforma da Previdência, como mostram matérias específicas neste boletim.

Datas importantes

- **30 de maio:** 2º dia nacional de luta em defesa da educação e do emprego, contra a reforma da Previdência
- **Até 4 de junho:** Rodada de assembleias
- **Até 6 de junho:** Indicativo para início da greve nas universidades estaduais paulistas
- **14 de junho:** Greve geral contra a reforma da Previdência

30 DE MAIO: Novos atos em todo o Brasil, em defesa da educação pública e do emprego, contra a reforma da Previdência. Rumo à greve geral em 14 DE JUNHO

Fórum das Seis indica participação, com paralisação nos campi e mobilizações

No dia 15 de maio, mais de um milhão de pessoas saíram às ruas em mais de 200 cidades de todo o Brasil, empunhando faixas e bandeiras em defesa da educação e contra a reforma da Previdência. O estopim foi o corte de recursos da educação pública, desde o ensino básico até as universidades federais, que tiveram cortadas 30% das verbas de custeio e investimento.

A reforma da Previdência (PEC 6/2019) também esteve no centro dos protestos em 15 de maio. Ao contrário do que dizem os porta-vozes do governo e a grande imprensa, não se trata de combater privilégios, mas sim de restringir os direitos à aposentadoria de milhões de trabalhadores e enriquecer ainda mais os grandes bancos e seguradoras privados, verdadeiros urubus à espera da capitalização proposta pelo ministro Paulo Guedes. A dívida das grandes empresas com a Previdência, que soma cerca de R\$ 450 bilhões (*dados do relatório da CPI da Previdência no Senado, divulgado em outubro/2017*) sequer é citada.

Em 30 de maio, nossa reação vai continuar, com novas manifestações em todo o país. O Fórum das Seis apoia e convida todas e todos a participarem, com indicativo de paralisação nos *campi* e presença nos atos. Em São Paulo, a manifestação central está marcada para o Largo da Batata, a partir das 14h. Informe-se sobre as atividades em seu município e participe também.



Ao lado, passeata durante o 15 de maio, em SP. Acima, na Unesp de Araraquara, a criatividade a serviço da ciência

Rumo à greve geral

14 de junho vai ser dia de greve geral, convocada de forma unificada pelas centrais sindicais, movimentos sociais e populares. Em pauta, a defesa da educação e do emprego, e a luta contra a reforma da Previdência!

O Fórum das Seis orienta as entidades sindicais e estudantis das universidades e do Centro Paula Souza a se engajarem nas reuniões preparatórias, em conjunto com outras entidades de cada cidade.

Audiência pública na Alesp foi mais um momento de defesa das universidades públicas paulistas

O auditório Paulo Kobayashi, na Assembleia Legislativa (Alesp), foi palco de uma nova atividade em defesa das universidades estaduais paulistas. No dia 23/5, por iniciativa do mandato da deputada Professora Bebel (PT), uma audiência pública reuniu educadores, estudantes, entidades ligadas à educação e parlamentares sob o tema “Universidades em debate”. O objetivo foi o de se contrapor à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) “Gestão das Universidades”, convocada sem nenhuma razão que a justifique e deixando clara a intenção de abrir caminho para propostas de cortes de recursos, cobrança de mensalidades e outros.

As entidades que compõem o Fórum das Seis participaram. Compuseram a mesa de debates João da Costa Chaves Júnior (Adunesp), Paulo César Centoducatte (Adunicamp) e Rodrigo Ricúpero (Adusp).

Presente ao debate, o deputado Daniel José (Novo) repetiu o mesmo discurso que vem fazendo na CPI: defendeu fontes alternativas de financiamento, disse que é preciso reduzir a proporção de funcionários por professor, que o Brasil gasta muito com ensino superior e pouco no básico, defendeu desvinculação orçamentária, atacou gastos com folha e usou comparações



descontextualizadas com outros países.

A fala do deputado gerou reações generalizadas. Ricúpero, da Adusp, enfatizou que, “no mundo todo, as grandes universidades de pesquisa recebem fundamentalmente dinheiro público”. A deputada Bebel ressaltou que as despesas com educação não devem ser consideradas como gasto, mas sim investimento do Estado.